



INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS – INES
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR
CURSO DE PEDAGOGIA

JORGEANO GONÇALVES DE LEMOS

**Experiências de um aluno surdo no
Curso de Pedagogia EaD do INES: uma
autonarrativa**

Manaus – AM

2022

JORGEANO GONÇALVES DE LEMOS

**Experiências de um aluno surdo no
Curso de Pedagogia EaD do INES: uma
autonarrativa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Núcleo de Educação Online do Instituto
Nacional de Educação de Surdos como
requisito parcial para obtenção do grau de
Pedagoga.

Orientador(a): Érica Esch Machado

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora Prof^a. Dr^a. Érica Esch Machado
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

Prof. Dr. Ricardo Janorario
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES

Prof^a. Me. Maria Estelita Pereira Ferreira
Universidade Federal do Amazonas - UFA

L557e Lemos, Jorgeano Gonçalves de.
Experiência de um aluno surdo no curso de Pedagogia EaD do INES: uma autonarrativa / Jorgeano Gonçalves de Lemos. — 2022.
23 f. ; 30 cm.

Orientadora: Érica Esch Machado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)—Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2022.

1. Surdos - Educação. 2. Ensino superior. 3. Educação bilíngue. 4. Ensino à distância. 5. Instituto Nacional de Educação de Surdos. I. Título. II. Machado, Érica Esch.

CDD 371.912

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar tenho que agradecer a Deus, em segundo, à minha família e aos professores e mediadores que estiveram presentes durante todo o período do curso.

Agradeço a minha amada esposa, Shirlene Cruz Ximenes de Lemos, que me deu apoio durante todo o curso, sempre me aconselhando e dando o suporte necessário para que eu nunca viesse desistir da minha formação.

Aos meus filhos, Josiel Ximenes e Girleny Ximenes, que são a minha maior motivação para me aperfeiçoar e me tornar um ser humano melhor.

Agradeço também ao grande irmão José Aldair que me ajudou durante o período do TCC. Também à minha querida professora Maria Estelita, que com muita dedicação facilitou a comunicação do nosso estudo durante o curso.

A todos que contribuíram de forma direta ou indireta para esse trabalho,

Muito obrigado.

RESUMO

O objetivo do trabalho foi apresentar minhas experiências no Curso de Pedagogia do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), na modalidade Educação a Distância (EaD), no Polo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como estudante surdo, destacando os principais desafios e as possibilidades de aprendizado. Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa do tipo autonarrativa. Primeiramente, apresento um breve histórico da educação de surdos. Em seguida, trato da educação bilíngue de surdos, com foco no Ensino Superior. Por fim, apresento uma reflexão sobre minha experiência no Curso de Pedagogia do INES, na modalidade EaD. Nesse último tópico, por meio dos meus relatos, apresento as potencialidades do curso e problemas a serem superados.

Palavras-chave: Curso de Pedagogia; Educação Bilíngue de Surdos; formação.

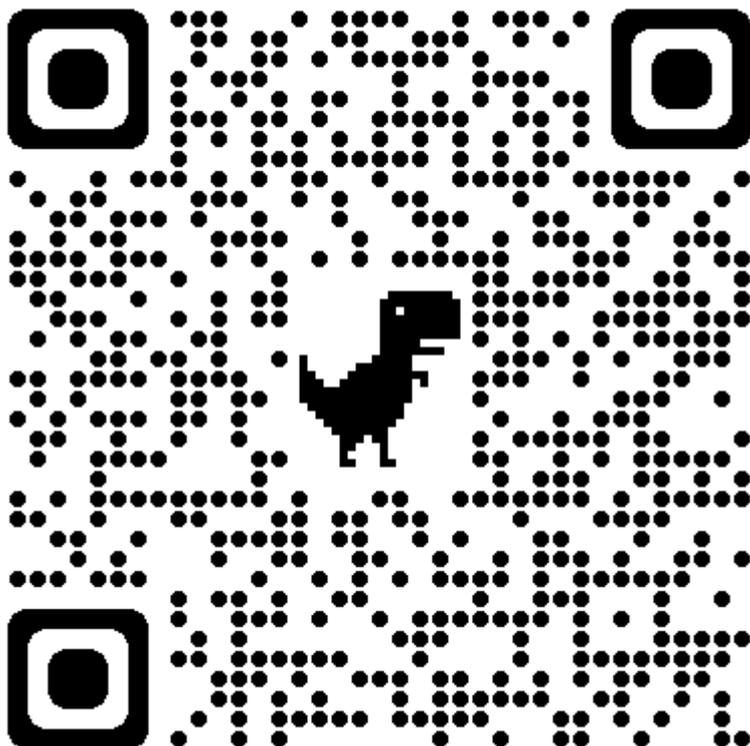
ABSTRACT

The objective of this work was to present my experiences in the Pedagogy Course of the National Institute of Education for the Deaf (INES), in the Distance Education modality (EaD), at the Polo of the Federal University of Amazonas (UFAM), as deaf students, highlighting the main challenges and learning possibilities. To achieve the proposed objectives, self-narrative research was carried out. First, I present a brief history of deaf education. Then, I deal with the bilingual education of the deaf, with a focus on Higher Education. Finally, I present a reflection on my experience in the Pedagogy Course at INES, in the EaD modality. In this last topic, through my reports, I present the potential of the course and problems to be overcome.

Keywords: Pedagogy Course; Bilingual Education for the Deaf; training.

RESUMO EM LIBRAS

<https://www.youtube.com/watch?v=nO2jizOGONw>



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS: UM BREVE RESUMO	12
2 EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS E O ENSINO SUPERIOR	15
2.1 A EDUCAÇÃO DE SURDO NO ENSINO SUPERIOR	18
3 O CURSO DE PEDAGOGIA DO INES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS:	25

1. INTRODUÇÃO

Eu, Jorgeano, não nasci surdo. Comecei a estudar aos seis anos, na então primeira série; era um aluno muito alegre e interagia muito bem com os colegas de classe. Mas, aos 7 anos, tive uma doença, meningite, que provocou perda da audição. Assim que fiquei surdo, parei de ir à escola por uns tempos. Só voltei à escola aos dez anos, numa classe especial de alunos com necessidades especiais. Aprendi algumas palavras simples do português na modalidade oral. Porém, a escola parou de ter alunos especiais e, desse modo, desisti de frequentá-la. Fui trabalhar como vendedor de frutas para um vizinho. Fui crescendo como vendedor ambulante; só me comunicava com os gestos das mãos e mímicas, pois ainda não havia aprendido Libras.

Aos 12 anos, minha mãe me colocou em uma escola de alunos surdos. Apenas eu não sabia me comunicar com os alunos surdos, que eles já conheciam a Língua Brasileira de Sinais – Libras¹. Os professores não sabiam a língua de sinais. Fui aluno bem destacado da escola, tendo sido aprovado até a quarta série. Quando eu tinha 14 anos, a escola resolveu separar os melhores alunos e transferi-los para uma escola de inclusão. Na nova instituição, voltei a estudar na segunda série e cursei até a quarta série. Devido à falta da língua de sinais, tive dificuldades e acabei desistindo.

Aos 18 anos, fui contratado para uma empresa do polo industrial de Manaus. Trabalhei apenas três anos. Voltei a estudar em outra escola no período da noite, com alunos de inclusão, repetindo a quarta série, que já havia cursado em outra unidade, como relatado. Depois, fui aprovado para a quinta série em outra escola de inclusão. Até o término do antigo primeiro grau², tive muito esforço.

Antes de formar no antigo primeiro grau, já estava me preparando para um mini vestibular de uma escola técnica. Fui aprovado no curso de Eletrotécnica, mas não consegui me manter. O motivo era que, para mim, as disciplinas eram muito difíceis, não havia interpretação em Libras. Não consegui me adaptar e tranquei o curso. Voltei ao polo industrial e, depois, me matriculei em outra escola à noite. Trabalhando e estudando, consegui me formar no então segundo grau. Depois disso, mesmo passando por muitas

¹ De acordo com o parágrafo único do art. 1º da Lei 10.436/02, “[e]ntende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002).

² No contexto da antiga Lei 5.692/71, o ensino primário era correspondente ao ensino de primeiro grau e o ensino médio era correspondente ao ensino de segundo grau (BRASIL, 1971).

dificuldades, consegui fazer vários cursos profissionalizantes para meu desenvolvimento profissional.

Momentos históricos após minha formação do antigo segundo grau, eu, surdo, nessa época, estava muito ansioso para uma admissão na empresa Nokia, para poder conseguir uma vaga para trabalhar era possível ser aprovado no recrutamento externo era necessário passar por duas etapas na prova de português e matemática. A outra era uma entrevista com o supervisor, fui apto para a função operador de estação nessa empresa era uma das maiores para se trabalhar. Fui me adaptando, tive que abandonar a escola pois só tinha ansiedade para trabalho, não pensava em voltar a uma universidade por motivo de muito trabalho, sem tempo para estudar, então, fiz o primeiro processo seletivo contínuo, para ingressar como engenharia industrial. Tive muita dificuldade, para passar nesse processo.

Continuei trabalhando e fazendo cursos profissionalizantes, como informática e mecânica, na Entidade SENAI-AM. Os cursos eram para minha carreira e desenvolvimento profissional. Consegui os certificados dos cursos profissionalizantes, mesmo com as barreiras linguísticas.

Também vinha participando do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em cada ano. Fazia o exame, mas não sabia como iria ser aprovado para uma nova faculdade... Na empresa, trabalhei por 6 anos, mas, depois, fui desligado.

Em 2018, fui informado de que havia passado para o Curso de Pedagogia, na perspectiva bilíngue, do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), polo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Assim que cheguei, fui me adaptando, aprendendo com o conhecimento das disciplinas cursadas, com os professores e tutores. Fiquei muito ansioso.

Em 2011, foi apresentado o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (PNDPD), o *Plano Viver sem Limite*. Uma das suas metas era a criação de cursos de formação em Pedagogia na perspectiva bilíngue (Libras /Língua Portuguesa).

Assim, em 2018, o INES abriu a sua primeira turma de Pedagogia na modalidade a distância para cerca de 400 surdos das diversas regiões do país.

É um curso recente e ainda precisa ser estudado. Por isso, penso ser relevante apresentar uma autonarrativa da minha experiência como surdo, destacando os principais desafios e as possibilidades de aprendizado.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar narrativamente memórias e acontecimentos significativos de meu processo formativo como docente durante o Curso de Pedagogia do INES.

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa do tipo autonarrativa. Segundo Oliveira e Pereira, citado em Portilho *et al.* (2021, p. 4122) “ao escrever sua história, narrar-se tornar-se, descobrir-se seu autor de sua vida da dimensão formativa da narrativa, potencializa ao acadêmico a reconstrução do significado de sua profissão”.

A proposta foi relatar minhas experiências no curso, destacando como eu, discente surdo, comecei a me influenciar e a buscar o meu propósito na área acadêmica, acreditando que o Curso de Pedagogia, na perspectiva bilíngue, poderia me motivar bastante na área da educação. Entendo que esse tema é muito importante, pois, com a aprovação da Lei 14.191/21, foi criada uma modalidade no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Lei 9.394/96): a Educação Bilíngue de Surdos e, para implementar essa modalidade, pensar na formação docente é fundamental.

Primeiramente, apresento um breve histórico da educação de surdos. Em seguida, trato da educação bilíngue de surdos, com foco no Ensino Superior. Por fim, apresento uma reflexão sobre minha experiência no Curso de Pedagogia do INES, na modalidade EaD.

1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS: UM BREVE RESUMO

Conforme Lacerda (1998, s/p), “o abade francês, Charles M. De’ L’Epée, foi o primeiro a estudar uma língua de sinais usada por surdos”, cujos gestos deram origem aos "sinais metódicos".

Por outro lado, outros teóricos entendiam que era preciso oralizar os surdos, para que eles falassem e se comportassem como os ouvintes. Um dos grandes defensores desse método oralista foi o alemão Heinicke e, desse modo, essa forma de ensinar foi conhecida como método alemão (*ibid, ibid*).

Assim, o método oral levaria os professores a ensinar a linguagem falada aos surdos, já o método gestual, implicaria que os professores teriam de aprender os gestos (sinais) usados pelos surdos. No primeiro caso, seria fácil para os professores porque não teriam que aprender alguma coisa nova para depois ensinar, porém, teriam que descobrir um meio de como ensinar os alunos surdos falarem. No segundo caso, os professores teriam que se familiarizar com os gestos usados pelos surdos, para se efetuar a troca de comunicação.

Porém, em 1980, aconteceu o II Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos, em Milão, e foi decidido que os sinais deveriam ser abolidos do processo educativo dos surdos.

Para a compreensão sobre a comunicação total, permite a adição e levar a oralização e justificar a grande importância da linguagem para o desenvolvimento humano, como o objetivo maior da filosofia oralista. Também defende a utilização de inúmeros recursos linguísticos, tais como a língua de sinais e facilita a comunicação com as pessoas surdas. O Bilinguismo trata-se de ensino que mais influenciam a concepção sobre o sujeito surdo a língua de sinais.

Na década de 1990, Stokoe (*apud* LACERDA, 1998) estudou a língua de sinais Americana e concluiu que a língua de sinais era uma verdadeira língua.

No Brasil, com o passar do tempo a Libras se consolidou, mas o reconhecimento veio com bastante demora e aconteceu por meio da Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconheceu essa língua como meio legal de comunicação e expressão. Trata-se de uma língua de natureza visual-motora, com estrutura e gramática próprias, que constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos oriundos de comunidade de pessoas surdas do Brasil.

A Lei da Libras, como ficou conhecida, foi regulamentada pelo Decreto 5.626/05, que definiu o surdo como aquele “que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005).

Depois desse decreto e de muita luta dos movimentos surdos e da comunidade surda, houve importantes conquistas em termos legais, tais como: o Decreto 6.949/09, o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/14), a Lei Brasileira da Inclusão (Lei 13.146/15) e a recente Lei 14.191/21 – que alterou, conforme indicado, a LDBEN para incluir a nova modalidade Educação Bilíngue de Surdos.

De acordo com Alves *et al.* (2015), no Brasil, a luta dos surdos por uma educação de qualidade, que respeite os aspectos socioculturais dessa comunidade, tem avançado. Na educação bilíngue, primeiramente, os surdos adquirem a língua de sinais – língua de conforto, “preferencial e patrimonial” (INES, 2019, p. 13) – e, depois, aprendem o a Língua Portuguesa, na modalidade escrita.

Mas a educação bilíngue é mais do que o domínio puro e simples de uma outra língua como mero instrumento de comunicação. Está clara a importância da língua de sinais na educação dos surdos e o seu uso dentro da comunidade. Porém, numa educação bilíngue, é preciso repensar todo o processo pedagógico: o planejamento, o currículo, a didática, as metodologias de ensino e os processos avaliativos. De acordo com o §2º do art. 79-C da atual LDBEN, os programas de ensino e pesquisa na educação bilíngue devem:

- I - fortalecer as práticas socioculturais dos surdos e a Língua Brasileira de Sinais;
- II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação bilíngue escolar dos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas;
- III - desenvolver currículos, métodos, formação e programas específicos, neles incluídos os conteúdos culturais correspondentes aos surdos;
- IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático bilíngue, específico e diferenciado (BRASIL, 2021).

A finalidade é, pois, possibilitar o desenvolvimento educacional, social, cognitivo, cultural e linguístico da pessoa surda. O oferecimento da nova modalidade, segundo a lei, deve ter início ao zero ano e se estender por toda vida. Isso significa que a educação bilíngue também deve estar presente no Ensino Superior, nível de interesse deste trabalho.

Já é sabido que no aprendizado há uma relação entre língua e identidade, pois toda tentativa para aprender uma outra língua desperta no indivíduo um questionamento, uma perturbação, modificando os sujeitos envolvidos no processo.

Faz-se necessário que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das instituições educativas seja pensado numa bilíngue de surdos, com a participação dos sujeitos surdos, que as políticas educacionais contemplem uma educação que reconheça o ser surdo como diferença, e, principalmente, ultrapassem os muros da escola e atinjam outras instituições, em especial, a família. Nessa perspectiva, percebemos que o ensino da pessoa surda precisa ser bilíngue, pois corresponde, abordagem pedagógica (e hoje também modalidade de educação escolar), às necessidades linguísticas e cognitivas da pessoa surda, visto que respeita seus traços culturais e identitários (ALVES *et al.*, 2015).

O Ensino Superior para surdos ainda é uma proposta em andamento. Políticas públicas têm sido implementadas para a efetivação da educação de surdos em nível superior. É preciso pensar: como os surdos estão inseridos nesse ensino? Como as universidades estão se preparando para receber e viabilizar a permanência dos alunos surdos no Ensino Superior? São inúmeros os desafios enfrentados por alunos surdos que lutam por uma educação que respeite suas diferenças. O que encontramos é uma pedagogia de ouvintes para ouvintes ou de ouvintes para surdos que não conhece as especificidades do indivíduo surdo. Por isso, a importância de cursos que tenham uma perspectiva bilíngue, como o Curso de Pedagogia do INES. Antes de relatar minha experiência nesse curso, iremos tratar de algumas características da educação bilíngue de surdos, com o foco no Ensino Superior.

2. EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS E O ENSINO SUPERIOR

Conforme Lodi (2010), quando estamos falando da educação das pessoas surdas, sempre somos levados a debates que deslocam o foco dos processos pedagógicos para as questões relacionadas ao espaço onde deveria ser desenvolvida essa educação: se em escolas para os surdos ou escolas comuns inclusivas. Para a autora, precisamos superar esse deslocamento e refletir sobre os princípios básicos que precisam ser considerados na educação de surdos.

Sendo assim, não acredito ser possível a defesa de uma escola única para todos, pois as implicações decorrentes dessa imposição podem levar a efeitos contrários aos desejados. Não foram poucas as experiências ocorridas no passado, cujas decisões, tomadas por um grupo minoritário, levaram à implantação de modelos que tenderam ao fracasso, à medida que foram construídos desconsiderando as diferentes realidades existentes e sem haver a preocupação formativa dos profissionais que atuavam, diretamente, nos espaços educacionais (*ibid*, 2010, p. 25).

Desse modo, Lodi (*ibid*) defende que, independentemente do local, a educação de surdos precisa seguir alguns princípios, sempre assegurando às pessoas surdas a sua singularidade: “a de serem surdos e necessitarem desenvolver-se a partir de relações sociais construídas por intermédio de uma língua que lhes seja acessível: a língua de sinais” (*ibid, ibid*). A partir dessa ideia, a autora destaca alguns princípios da educação de surdos que devem ser respeitados:

- Desenvolvimento de linguagem

O desenvolvimento da criança ocorre por meio das relações estabelecidas com outros, desde seu nascimento, por intermédio da linguagem, que é responsável pela socialização. Assim, entende-se que o desenvolvimento da criança depende da sua relação com outros que possuem o domínio da linguagem. Nessa relação, a criança irá construindo o seu “eu” (*ibid*). As pesquisas indicam que o desenvolvimento da linguagem da criança surda acontece de maneira semelhante ao da criança ouvinte, desde que sejam oferecidas a ela interações na sua língua de conforto, de referência e patrimonial (a Libras). Porém, se isso não ocorrer, “essa criança não terá acesso à linguagem de forma significativa e vivenciará experiências de maneira fragmentada, o que a levará a um atraso

em seu desenvolvimento linguístico e, por conseguinte, em seus processos de aprendizagem” (*ibid*, p. 26). Sendo assim, todos ato educativo precisa valorizar um espaço que possibilite à criança surda o desenvolvimento da sua linguagem, por meio de relações sociais realizadas em Libras.

- Importância de interlocutores surdos, membros de referência da comunidade surda

No caso das crianças surdas, o processo apontado só pode ser constituído na interação com alunos adultos surdos. Nesse processo, as crianças surdas têm garantido seu pleno desenvolvimento de uma primeira língua, bem como podem ser uma identificação positiva adultos surdos. Por isso, os surdos envolvidos no processo educativo devem, necessariamente, ser usuários da Libras, integrantes da comunidade surda e sujeitos de referência da cultura surda (*ibid*). Assim, as crianças podem ter o direito garantido de aprendizado de sua primeira língua, assim como “desenvolver uma identificação positiva com a surdez a partir das relações com iguais em sua diferença” (*ibid*, p. 26).

- Convivência com pares no interior da sala de aula

Além da importância de surdos adultos na escola, é preciso também que os estudantes surdos convivam com seus pares, por isso, as turmas precisam ter grupo de estudantes surdos para que eles possam dialogar em língua de sinais de forma efetiva. Uma criança quando está sozinha, sem outras crianças que usam a mesma língua, sente-se excluídas dos processos de socialização e aprendizagem, conforme mostram Goés e Tartuci, citados em Lodi (2010).

- Implantação da educação bilíngue desde a Educação Infantil

A maioria dos surdos é filho de pais ouvintes (que não sabem Libras), por isso, é fundamental que a educação bilíngue comece desde a Educação Infantil para que possa aprender a Libras e desenvolver a sua linguagem. É nesse nível de ensino é a base para a construção da sua subjetividade da criança, formada “por meio da relação que estabelece com outros (pares e adultos) e pela vivência de diversos fatos no ambiente escolar

juntamente com acontecimentos que experimenta fora da escola, por meio da linguagem”
(*ibid*, p. 27).

- Relação entre desenvolvimento da linguagem e ensino-aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua

Depois que tem garantido o seu direito ao aprendizado em Libras, é preciso pensar no ensino da língua portuguesa (na sua modalidade escrita) como segunda língua (L2).

Lodi (*ibid*) esclarece, com base em Vygotsky, que o aprendizado de uma língua estrangeira depende de certo grau de desenvolvimento na primeira língua, pois aprender uma segunda língua depende dos saberes da primeira língua. Além disso,

[...] da mesma forma que os conhecimentos da primeira língua terão influência na aprendizagem da segunda, esta influenciará também o desenvolvimento da primeira, pois conhecer uma língua estrangeira possibilita à criança pensar tanto nas formas da língua quanto nos fenômenos da mesma, permitindo que ela utilize a palavra, de forma mais consciente, como instrumento do pensamento e como expressão de um conceito. Este fato pode ser explicado à medida que se considera que, embora distintos, os processos de apropriação da primeira língua e de aprendizagem da segunda, em essência, se referem a uma classe única de processos que envolvem o desenvolvimento da linguagem (*ibid*, p. 28).

A autora defende que o aprendizado da LP escrita precisa acontecer por meio de vivências sociais em que “dialogam” com a escrita a partir de sua L1, fazendo suas próprias interpretações, construindo sentidos e expressando suas ideias sobre os materiais escritos. Para isso, é essencial o contato com interlocutores bilíngues que:

a) ofereçam à criança a oportunidade de significar a linguagem escrita e seus diversos usos a partir das diferentes linguagens constitutivas da LIBRAS; b) conheçam o processo de significação e construção de sentidos próprios da LIBRAS, que devem ser colocados em diálogo com aqueles da língua portuguesa; e c) levem em consideração que o desenvolvimento de linguagem e os processos de ensino-aprendizagem de uma língua têm seu início a partir de diferentes práticas de leitura, por meio de atividades que privilegiem os aspectos visuais, pois essas atividades fazem com que diversas esferas simbólicas sejam acionadas para propiciar a construção do novo conhecimento (*ibid, ibid*).

- Currículos e práticas de ensino que contemplem a diversidade sociocultural

A educação bilíngue exige que se pense na diversidade sociocultural e, desse modo, nos aspectos próprios da educação de surdos. Assim, as práticas pedagógicas precisam ser diferenciadas e pensadas a partir da língua de sinais.

- Presença de intérprete de Libras

A proposta é que os intérpretes atuem nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e no Ensino Superior. Para atuarem, eles precisam ter formação na área e uma parceria com o professor da turma.

O tradutor/intérprete educacional de Libras é um sujeito fundamental para o aprendizado dos alunos surdos. Os intérpretes são pessoas que atuam, junto ao professor e a outros profissionais, no processo de ensino/aprendizagem dos surdos, na compreensão do acompanhamento na tradução de Libras e na melhor comunicação entre surdos e não-surdos.

Porém, a falta dos intérpretes é um problema para a nossa sociedade. Por isso, são necessárias políticas públicas de formação, realização de concursos públicos e contratação desses profissionais.

Deve-se haver um incentivo dentro da universidade pública, que é um espaço muito importante para formar novos profissionais na área de tradução e interpretação em Libras. A universidade também tem uma relevante função na divulgação da língua de sinais, da cultura e das identidades surdas. No próximo tópico, iremos refletir sobre a educação de surdos no Ensino Superior.

3.1 A EDUCAÇÃO DE SURDO NO ENSINO SUPERIOR

De acordo com Perlin (1998), o Ensino Superior é feito de ouvintes para ouvintes ou de ouvintes para surdos, portanto, tem uma identidade ouvinte. Os surdos, dificilmente, são incluídos nesse contexto educacional e, quando são, passam por muitas dificuldades, afinal o ensino é proposto em português, tanto oral, quanto escrito.

Segundo Almeida (2015), algumas das dificuldades estão no processo de adaptação, pois, por mais que o professor se esforce para tornar a aula inclusiva, muitos surdos acabam desistindo por não considerar ter a formação necessária, e outras vão além

do âmbito da sala de aula. As literaturas, por exemplo, são todas em Língua Portuguesa e nenhuma em língua de sinais, o que dificulta a interpretação dos alunos surdos.

Conforme Almeida (2015), a entrada dos surdos de forma tardia na universidade é um reflexo dessas dificuldades, que os acompanham desde o ensino básico. Muitos não têm acesso a um ensino bilíngue, não conhecendo bem nem a Língua Portuguesa quanto a língua de sinais, tendo acesso a elas somente quando mais jovens e se relacionam com outros surdos e vão aprendendo a língua “de mão em mão”.

Dessa forma, percebe-se que é necessário fazer valer o direito do acesso à educação inclusiva de qualidade, trabalhar o ensino da língua de sinais para dignificar a entrada de surdos no Ensino Superior.

No caso do Curso de Pedagogia do INES, modalidade EaD, a proposta pedagógica foi construída com base numa perspectiva bilíngue de surdos e, nesse sentido, os materiais, o planejamento, a avaliação, as estratégias metodológicas e o currículo são pensados a partir do reconhecimento da singularidade linguística desses sujeitos. O próximo capítulo irá apresentar relatos de minha experiência nesse curso.

3. O CURSO DE PEDAGOGIA NA MODALIDADE EAD DO INES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Decidi fazer o Curso de Pedagogia, na modalidade a distância, do INES porque pretendia me formar como docente e para ensinar a alunos surdos. Ele tem a duração de quatro anos e nele estão presentes duas línguas durante o processo de ensino/aprendizagem: a Libras e a Língua Portuguesa escrita. Assim, pensei que o curso me possibilitaria o meu aprimoramento da Língua Portuguesa e, ao mesmo tempo, por meio da Libras, poderia compreender melhor as temáticas estudadas ao longo de toda a minha formação.

Aos poucos, notei que a perspectiva bilíngue é mais do que a presença de duas línguas: é um curso em que a abordagem pedagógica considera as identidades surdas no planejamento, no currículo, nas estratégias e na avaliação.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso – PPC (2019),

Pensar as diferenças surdas no âmbito da formação de professores surdos e ouvintes envolve refletir sobre: acesso à informação; políticas de aquisição de L1; expansão e legitimação da Libras como língua de cultura (preferencial, patrimonial), de produção de conhecimentos; currículo e didáticas de Libras como L1 e como L2; currículo e didáticas de português como L2; produções e processos culturais dos surdos e didáticas das diferentes disciplinas baseadas nesses processos; educação bilíngue para surdos em articulação com as questões já estudadas sobre educação bilíngue para minorias e/ou contextos politicamente minoritarizados (INES, 2019, p. 18).

Notamos que o PPC do curso destaca elementos que devem estar presentes no processo de formação dos pedagogos bilíngues.

A partir de um olhar para as identidades e a história dos surdos, o curso oferece uma ótima oportunidade no ensino da educação de surdos e garante o acesso aos conhecimentos por meio da Libras, com valorização da cultura surda.

Assim, tivemos disciplinas específicas para tratar da educação de surdos: Estudos Surdos, Educação Bilíngue I, II e III. Além disso, nas diversas disciplinas, tinham conteúdos sobre a educação de surdos, tais como: história dos surdos, alfabetização de surdos, matemática para surdos, políticas públicas voltadas aos surdos, movimentos surdos, pedagogia baseada na visualidade etc.

As disciplinas de Língua Portuguesa para surdos durante o Curso foram muito importantes para o aprendizado da leitura e escrita dessa língua. As estratégias didáticas dessas disciplinas utilizavam a Libras e a visualidade para ensinar, respeitando os alunos surdos. Como futuro professor de alunos surdos, preciso muito desenvolver habilidades nessa área, pois os surdos precisam de uma educação de qualidade.

O Curso, por meio dos conteúdos tratados nas disciplinas e da metodologia, busca fortalecer a questão da cultura surda, pois trata de maneira respeitosa os alunos, buscando valorizar, cada vez mais, as identidades surdas.

Os mediadores dos alunos surdos eram bilíngues, algo muito importante, pois a língua de instrução e interação deve ser a Libras. Porém, infelizmente, poucos eram surdos. Quando comecei a fazer o meu curso, havia apenas quatro mediadores surdos, mas, após três ou quatro meses, não me recordo ao certo, três mediadores surdos desistiram do curso, ficando apenas só um mediador surdo. Infelizmente, não tive muito contato com ele, apenas quando havia encontro presencial no polo, quando a comunicação entre nós era fácil. Penso que é fundamental ter surdos mediadores, pois eles são os nossos pares linguísticos e ajudam muito na compreensão das disciplinas.

As atividades também são feitas utilizando as duas línguas, o que tornou as experiências ainda mais significativas. O acesso ao conhecimento diretamente por meio da Libras ajudou bastante no meu aprendizado.

Nos fóruns, a participação dos mediadores nos fóruns acontecia por meio da Língua Portuguesa escrita. Já as webconferências eram realizadas em dois momentos: em Libras, somente para os alunos surdos e, em LP, para os ouvintes.

Porém, na avaliação das atividades, não recebia o *feedback* (retorno) em Libras dos mediadores (maioria ouvintes) das minhas respostas, apesar de ter um campo para *feedback* em vídeo. Isso precisa melhorar para ter mais comunicação em Libras.

Mas, apesar desse problema, sinto que, como surdo, minha identidade foi respeitada, pois recebemos todas as disciplinas por meio das línguas de sinais e tivemos mediadores conhecedores dessa língua. Em nenhum momento, senti-me discriminado ou rejeitado; sempre fui bem aceito pelo grupo.

Para gerar uma boa comunicação de confiança e trocar informações, fotos, vídeos e fazer o uso de vídeo chamada, foram criados, por nós, alunos, grupos de *whatsapp*. Os mediadores participavam como apoio aos nossos estudos e colaborando aos alunos surdos no início até o final do curso.

Durante o curso, tive contato com apenas quatro alunos surdos, que ainda persistiram até o final da graduação. Éramos unidos e trocávamos informações e compartilhávamos saberes por meio da Libras.

Compartilhávamos nosso estudo com muito esforço e dedicação para finalizar o nosso Curso de Pedagogia, na perspectiva bilíngue. Alguns alunos surdos, porém, desistiram. Tiveram problemas particulares, familiares e falta de condições financeiras para ir ao polo. Falta assistência para os alunos que moram em outro estado do Norte para que possam pagar seu transporte e uma hospedagem próxima à universidade/polo.

No Curso, não tem intérpretes, mas as videoaulas são ministradas por meio da Libras. Já as aulas presenciais todos os mediadores são usuários e conhecedores da Libras, portanto, não senti dificuldade na comunicação. As dúvidas sobre a variedade linguística da Libras foram tiradas pelos mediadores.

Realizei o Estágio I na escola onde trabalho, já tinha experiência e, assim, tudo aconteceu com muito sucesso para meu aprendizado. Nos outros estágios, porém, não houve intérpretes e nem mediadores; os da universidade não tinham disponibilidade para acompanhar o estágio. Com muito esforço, tive que enfrentar o estágio, mesmo na modalidade oral, e finalizá-los. Esse é outro problema que precisa de atenção da administração do curso.

Com relação aos materiais, foi muito bom ter vídeos em Libras (com tradutores e professores bilíngues), com recursos visuais e legenda. Geralmente, a sinalização em língua de sinais fica numa janela pequena, mas, no curso, a Libras fica em destaque, é a língua principal dos vídeos. A legenda ajudou muito na questão da variação linguística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Pedagogia EaD do INES é um curso em que estão presentes duas línguas, a Libras e a Língua Portuguesa, na modalidade escrito. Mas, como aponte, aos poucos, vi que uma educação bilíngue vai além da circulação de duas línguas, é preciso uma abordagem pedagógica que considere as especificidades dos alunos surdos.

Penso que, tendo muito esforço e bom desempenho, estou me formando professor surdo em uma perspectiva bilíngue para atuar na área docência (educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental), na gestão escolar e em espaços não-escolares. Espero, ao final do curso, estar apto a trabalhar como a educação de alunos surdos, ciente das metodologias de ensino mais apropriadas aos surdos e das questões políticas que envolvem essa modalidade de educação.

Passei por muitas dificuldades e lutas nas escolas de Educação Básica, mas encontrei o caminho certo para valorizar a minha formação na educação. Como aluno surdo, tenho esse desafio: concluir com sucesso minha formação. Não podemos abandonar os estudantes surdos. Precisamos de uma educação de qualidade verdadeira, que respeite *todas* as pessoas.

Desejo ser professor porque meu próprio propósito é ajudar alunos surdos a se tornarem pessoas melhores, contribuir para a melhoria do seu desempenho e para a sua aprendizagem. Como docente, pretendo planejar com interesse, dedicação e amor. Para mim, ensinar os alunos será motivo de muito orgulho.

Atualmente, meus contatos com outras pessoas surdas são em Libras. Assim, nós podemos compreender e compartilhar o aprendizado. Para lembrar: meu primeiro contato com a Libras foi na empresa onde eu trabalhava, aos 18 anos, com um colega surdo que já tinha experiência na comunicação da Libras. Assim, tive que me esforçar para poder aprender a Libras e me comunicar com ele; fui aprendendo junto em um período de dois anos de convivência.

Durante o Curso de Pedagogia do INES, aprofundei meus estudos da Libras e da Língua Portuguesa na modalidade escrita. Por ser um espaço onde se tem Libras como língua de instrução para os surdos, existe um apoio maior, tornando mais fácil compreender os conteúdos sobre a educação em geral e sobre a educação de surdos.

O Curso de Pedagogia, na perspectiva bilíngue, proporcionou-me experiências, de fato, bilíngue. Acredito que o que poderia ser melhorado seria a Plataforma do Curso, pois houvera muitas mudanças no decorrer do curso. Além disso, é preciso: maior

participação de mediadores surdos, *feedbacks* das avaliações em Libras e acessibilidade dos surdos durante os estágios.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, W. G. (Org.). *Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente*. In: ALVES, F. C.; SOUZA, J. de C. T.; CASTANHO, M. E. de L. M. *Educação de surdos em nível superior: desafios vivenciados nos espaços acadêmicos*. Ilhéus, BA: Editus, 2015, p. 27-47.

BRASIL. Lei n. 14.191, de 03 de agosto de 2021. Altera a LDB nº 9.394/1996 para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm>. Acesso em 08 ago. 2021.

_____. *Lei 13.146*, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020.

_____. *Lei 13.005*, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 23 jun. 2020.

_____. *Viver sem Limite* – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). SDH, SNPD: 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/turismo-acessivel/Cartilha_Plano_Viver_sem_Limite.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

_____. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> nº 6949. Acesso em: 20 jun. 2022.

_____. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 10 jun. 2022.

_____. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 jun. 2022.

_____. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm >. Acesso em: 20 jul. 2022.

INES. Instituto Nacional de Educação de Surdos. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Nacional de Educação de Surdos – modalidade EaD*. 2019. INES Disponível em: < https://www.gov.br/ines/pt-br/ensino-superior/nucleo-de-educacao-online/arquivos-ead/ppc-projeto-politico-pedagogico/projeto_politico_pedagogico_2019-1.pdf >. Acesso em: 10 out. 2022.

LACERDA, C. B. F. P. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. *Caderno CEDES*, Centro de Estudos Educação e Sociedade (Campinas), 19, s/p. set. 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/wWScZsyPfR68rsh4FkNNKyr/?lang=pt>>. Acesso em: 10 março. 2022.

LODI, A. C. B. Uma escola, duas línguas: princípios para a educação de alunos surdos. *Revista Fórum*, Rio de Janeiro, p. 25-30, jan. 2010. Disponível em: <<http://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/282>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

PERLIN, Gladis. *Identidades surdas*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PORTILHO, W. do A.; PORTILHO, A. P. B.; SOUZA, A L.; OLIVEIRA, A. P. de A formação docente do professor surdo aproximações e distanciamentos com a identidade docente. *Brasilian Journal of Health review*, Curitiba, v. 4, n.2, p.4120-4129, mar./ abr. 2021.